

A SELEÇÃO DE FUTEBOL E A IDENTIDADE CABO-VERDIANA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1977-1979)¹

VICTOR ANDRADE DE MELO

RAFAEL FORTES*

Resumo

Essa comunicação é um recorte de um estudo desenvolvido como desdobramento do projeto “Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo nos países africanos de língua oficial portuguesa: o caso de Cabo Verde”. Tendo em conta que é usual a mobilização da prática esportiva na construção de discursos identitários, o objetivo é discutir, entre os anos de 1977 e 1979, as representações da imprensa de Cabo Verde sobre a constituição de uma seleção nacional de futebol. Sugerimos que as diferentes posições sobre essa equipe nos permitem perceber as mudanças em curso na administração governamental, relacionadas, inclusive, aos trânsitos e negociações ligadas à identidade cabo-verdiana. Trabalhamos com o *Voz di Povo*, periódico dirigido pelo Partido Africano para Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), que esteve à frente do governo entre os anos de 1975 e 1991. Consideramos que, mesmo se tratando de um órgão oficial, nas páginas desse jornal não eram publicados somente posicionamentos que interessavam às lideranças, sendo possível também captar os conflitos e os debates que marcavam a nação em formação.

Palavras-chave: África. Identidade. Cabo Verde. Futebol. Esporte.

Introdução

Em Cabo Verde, arquipélago situado na costa oeste da África, colônia de Portugal até 1975, em função de uma série de particularidades históricas, desde o século XVIII percebe-se a conformação de uma elite local, constituída por mestiços. Nesse quadro, notadamente a partir do quartel final do século XIX, a adesão a certas práticas integrava o conjunto de iniciativas que visava subverter a consideração, por parte do colonizador, de que o nativo era “alguém menor”: demonstrando ser civilizado, podia exigir um tratamento diferenciado. Em certa medida, esta condição era reconhecida pela própria metrópole, que concedia ao arquipélago certas exceções no relacionamento colonial (FERNANDES, 2006).

¹ Essa comunicação é um recorte de um estudo desenvolvido como desdobramento do projeto “Esporte, Colonialismo e Pós-Colonialismo nos países africanos de língua oficial portuguesa: o caso de Cabo Verde”.

* Victor Melo é doutor e professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rafael Fortes é doutor e professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Esse estudo contou com financiamento do CNPq e da FAPERJ.

Demonstrar hábitos modernos, entre os quais o envolvimento com as práticas esportivas, reforçava a ideia mobilizada pelas lideranças locais de que Cabo Verde era uma colônia distinta. De fato, o esporte ocupou um lugar de grande importância na história do arquipélago, inclusive dramatizando as tensões de suas construções identitárias, tanto no que se refere aos debates entre as duas principais cidades e ilhas, Mindelo/São Vicente e Praia/Santiago, quanto no que tange à relação com o colonizador (MELO, 2011a).

A partir de 1975, quando a colônia se tornou independente e adotou um regime de governo de partido único de viés socialista, o Partido Africano para Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC)², concebeu-se uma visão de esporte embasada em uma crítica a antigas tradições esportivas do arquipélago, encaradas como manifestação de um colonialismo que deveria ser extirpado (MELO, 2011a).

Na mesma medida, o partido único tentou engajar a prática esportiva nos seus propósitos de “africanizar os espíritos”, algo que ia de encontro à linha majoritária de construção identitária cabo-verdiana, que apresentava a mestiçagem como o grande diferencial do arquipélago. O intuito central do PAIGC, enfim, era que o esporte expressasse e ajudasse a forjar o chamado “novo homem cabo-verdiano”³ (MELO, 2011a).

Tal linha de intervenção enfrentou muitas dificuldades e teve que lidar com uma ambiguidade central: como coadunar a ideia de massificação com o desejo de obtenção de notáveis resultados internacionais? O bom desempenho das equipes nacionais interessava tanto aos envolvidos com o campo esportivo quanto aos dirigentes governamentais, ávidos por ver o país reconhecido no cenário africano e por legitimar suas propostas no quadro interno.

Isso não era uma estratégia incomum: o esporte foi e continua sendo utilizado por regimes políticos e administrações governamentais tanto como estratégia para encaminhar propostas de intervenção social quanto como propaganda de uma suposta eficácia administrativa, para alguns um reflexo dos “avanços do país”⁴. Por essas dimensões, muitos

² O PAIGC esteve à frente do governo entre os anos de 1975 e 1991. Para mais informações sobre o processo de independência de Cabo Verde, ver Lopes (2002) e Pereira (2003). Neste artigo, Guiné e Guiné-Bissau referem-se ao mesmo país: Guiné-Bissau. Referimo-nos à República da Guiné como Guiné Conacri.

³ A ideia de forjar um “novo homem” foi comum em muitos países que adotaram o socialismo, algo que estava presente, com diferentes enfoques, no pensamento de importantes líderes como Stálin, Lênin, Mao Tse Tung, Che Guevara, Fanon, Paulo Freire e Amílcar Cabral, entre outros.

⁴ Para uma discussão sobre as relações entre esporte e governos no continente africano, ver Giulianotti (2010).

autores já argumentaram que há uma forte relação entre a prática esportiva e a construção de discursos acerca de uma identidade nacional (GIULIANOTTI, 2005)⁵.

Em muitos países africanos, o esporte desempenhou um papel significativo na constituição da ideia de nação, até porque, em função da condição colonial, havia no continente, em geral, menos elementos a serem mobilizados para a construção de um sentido de nacionalidade, algo que se acirrava com a frequente existência de várias etnias no cenário de cada país. Nesse sentido, parece interessante o olhar de Hobsbawm: “a existência da seleção nacional de futebol estabeleceu, em alguns casos pela primeira vez, uma identidade nacional independente das identidades locais, tribais ou religiosas” (2007: 95).

O esporte providenciava aos países recém-independentes tanto elementos discursivos exógenos (reconhecimento internacional por um meio não “oficial”, mas altamente visível) quanto endógenos:

Em meio a todas as mudanças constitucionais, golpes militares e guerras civis, jovens nações africanas adaptam velhos estilos europeus de governo para atender suas próprias necessidades. Para fins de saúde e disciplina, eles também promoveram jogos atléticos ocidentais e programas de educação física em suas escolas. Eles elegeram o esporte para ser um denominador comum de valor incalculável para reunir várias tribos com diferentes costumes e línguas em uma única nação (Baker, 1987: 277).

No caso de Cabo Verde, essa mobilização tornou-se mais notável a partir de 1977, quando se começa a perceber mudanças nas propostas políticas originais do PAIGC, algo que será acentuado, em 1980, com a crise na Guiné-Bissau, um golpe de estado que acabou por dar fim ao projeto de construção de um Estado único binacional entre os dois países⁶. Paulatinamente, promoveu-se um retorno a algumas ideias do passado, relidas a partir da dinâmica de um país independente.

Um dos impactos desse processo na política esportiva foi a maior busca de inserção do país no cenário internacional. Essa intenção, contudo, era, a princípio, cercada de polêmicas, já que permanecia a crítica a uma visão de esporte tida como colonial: “O que se quer

⁵ Sobre a relação do esporte com a construção de discursos identitários, ver Anderson (2005) e Hobsbawm e Ranger (1997).

⁶ Como as lutas coloniais contra Portugal foram conduzidas em conjunto por militantes da Guiné e de Cabo Verde, com a independência construiu-se a ideia de se forjar um Estado único binacional. As fraturas, todavia, nunca foram totalmente sanadas, tendo, inclusive, sido responsáveis pela morte de Amílcar Cabral. Quando houve um golpe de estado que depôs o primeiro presidente da Guiné-Bissau independente, Luís Cabral, irmão de Amílcar, o projeto original foi definitivamente sepultado. Para mais informações, ver Lopes (2002) e Pereira (2003).

acentuar é que torna-se necessário revolucionar a mentalidade desportiva atual que faz o culto do vencedor, cria mitos, impõe a vitória a qualquer preço e é um eterna fonte de conflitos”⁷. O momento era marcado por ressalvas e ambiguidades:

Com a independência de nosso país aumentaram-se as possibilidades de participação em encontros desportivos internacionais e a compreensão dessa participação deve ser encaminhada num plano puramente desportivo (nem derrotas honrosas, nem vitórias retumbantes), mas sim um encontro de homens que praticam desporto. Qualquer outra veledade e desvio implicarão frustrações, euforias que em nada contribuirão para a formação do homem novo cabo-verdiano, livre de complexos e desalienado⁸.

Na ocasião, estava por vir a estreia do país em competições internacionais. Anuncia-se, para o ano de 1979, a realização da primeira edição da Taça Amílcar Cabral, a ser disputada entre seleções de futebol de países da zona 2 do Conselho Superior do Desporto da África⁹: Cabo Verde, Gâmbia, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa. O intuito maior era celebrar a união africana por meio de uma homenagem ao líder que tanta importância teve para a história de libertação do continente.

Sobre essa edição da Taça, há um interessante curta/documentário: *Torneio Amílcar Cabral (1979)*¹⁰. As primeiras cenas exibem as bandeiras dos países participantes e *flashes* da cerimônia de abertura: delegações, autoridades, arquibancadas lotadas. Além de imagens dos jogos, vemos a constante busca de vinculação da competição com a memória de Amílcar Cabral, tanto nas falas dos dirigentes quanto nos depoimentos do público, assim como nas homenagens realizadas: o evento é apresentado como grande ode ao “pai da nacionalidade”.

A ideia de promover com frequência a Taça Amílcar Cabral parece ter surgido de dirigentes da Guiné-Bissau, que, inclusive, já tinham organizado um torneio amistoso, com o mesmo nome, com cinco países, em junho de 1975. Não há indícios da participação de Cabo Verde nessa ocasião, algo compreensível, pois o país estava envolto com os preparativos da sua independência¹¹.

⁷ Voz di Povo, ano 3, n. 132, 18 de fevereiro de 1978: 6.

⁸ Voz di Povo, ano 3, n. 132, 18 de fevereiro de 1978: 6.

⁹ O Conselho foi criado, em 1966, para coordenar as ações esportivas no âmbito do pan-africanismo. Foi reconhecido, em 1967, pela Organização da Unidade Africana.

¹⁰ Dirigido por Fernando Cabral, Jom Tob Azulay e Flora Gomes; uma produção conjunta Brasil-Guiné.

¹¹ A cerimônia de independência de Cabo Verde foi realizada em 5 de julho de 1975. A Guiné-Bissau já era independente desde 24 de Setembro de 1973, se formos considerar a data unilateralmente estabelecida pelo PAIGC, ou 10 de Setembro de 1974, a data de reconhecimento por parte de Portugal.

Tendo em conta que é usual a mobilização da prática esportiva na construção de discursos identitários, o objetivo é discutir, entre os anos de 1977 e 1979, as representações da imprensa de Cabo Verde sobre a constituição de uma seleção nacional de futebol. Sugerimos que as diferentes posições sobre essa equipe nos permitem perceber as mudanças em curso na administração governamental, relacionadas, inclusive, aos trânsitos e negociações ligadas à identidade cabo-verdiana.

Trabalhamos com o *Voz di Povo*, periódico dirigido pelo partido único que governava o país, lançado em 17 de julho de 1975, no mesmo dia em que tomou posse o primeiro governo do Cabo Verde independente. Publicado semanal, quinzenal ou mensalmente, dependendo das condições econômicas do momento, mesmo se tratando de um órgão oficial, nas páginas desse jornal não eram publicados somente posicionamentos que interessavam às lideranças, sendo possível também captar os conflitos e os debates que marcavam a nação em formação¹².

O selecionado nacional: a estreia da nação

Todos nós sabemos as dificuldades que se nos deparam para formar uma seleção que seja representativa do valor real do futebol cabo-verdiano. A descontinuidade do território não permite uma apreciação global dos atletas não só por escassez de contactos inter-ilhas, mas também por inexistência de um selecionador permanente.

(...). Mas também é verdade que esta participação cabo-verdiana deve ser encarada, principalmente como um contato necessário para o desenvolvimento do nosso desporto. É preciso acabar com este isolacionismo a que fomos votados durante os anos de dominação colonial e que tão prejudicial foi ao nosso desporto¹³.

Essa avaliação do jornalista do *Voz di Povo* integrava uma matéria que saudava a primeira vez que um selecionado oficial cabo-verdiano de futebol representaria o país, tomando parte em um quadrangular promovido com as equipes nacionais de Mali, Guiné Conacri e Guiné-Bissau, a ser realizado nesse último país, em 1978.

Há nesse discurso duas chaves de argumentação que serão muito comuns no decorrer do tempo: a) a ideia de que o cabo-verdiano tem predisposição “quase natural” para o esporte; na verdade, trata-se de uma construção identitária antiga, ligada à autorrepresentação do elevado grau de civilidade do crioulo, que só não obteria melhores resultados – esportivos,

¹² Na ocasião, existia outro jornal sendo publicado: *Terra Nova*, de propriedade da igreja católica. Neste artigo, optamos por trabalhar somente com os posicionamentos e debates veiculados no *Voz di Povo*.

¹³ *Voz di Povo*, ano 3, n. especial, 22 de abril de 1978: 6.

inclusive – em função das dificuldades econômicas; b) a sugestão de que o colonialismo é o culpado por todos os problemas do arquipélago, uma noção que, em maior ou menor grau, tornou-se aparente no pós-independência.

Na verdade, desde o período colonial, equipes de Cabo Verde participavam de competições realizadas em outros países africanos (especialmente na Guiné-Bissau e em Angola) e em Portugal (MELO, 2011a, MELO, 2011b). Dessa vez, contudo, era diferente: a seleção nacional desfilaria os símbolos do país independente. Era preciso, mesmo reconhecendo os limites, provar o valor da nação.

Assim, é cercada de grande expectativa a participação do selecionado de Cabo Verde no evento. De um lado, havia a ânsia de estrear numa competição internacional; de outro lado, percebia-se a preocupação com os resultados possíveis, algo que se acentuou em função de um mau desempenho da equipe em um amistoso preparatório:

A descolorida e apática exibição que desagradou ao público que ocorreu, em número razoável, ao Estádio da Várzea, não é compatível com o nível, ainda que modesto, do nosso futebol. Quanto mais não seja, espera-se mais brio por parte dos atletas a quem foi dada a honra de representar o futebol cabo-verdiano, sem perder de vista o aspecto essencialmente desportivo de nossa participação, que não pode ser ensombrada por “chauvinismo” ou nacionalismo exacerbado¹⁴.

Vejamos que, desde esses primeiros momentos de formação de uma seleção de futebol, valores ligados à nação estavam sendo mobilizados, mesmo que se fizesse uma ressalva a algum possível exagero (a um “nacionalismo exacerbado”). Da mesma forma, é perceptível a dificuldade de construir esse sentimento de nacionalidade, a exigência de certa postura frente ao novo ente (o país) que estava sendo erigido. No caso de Cabo Verde, ter-se-ia que lidar com várias fraturas internas, conflitos ligados a diferentes projetos políticos, que seguiam existindo mesmo se tratando de um regime de partido único, e às rivalidades internas históricas entre as ilhas do arquipélago, dimensões que sempre manifestar-se-ão nos assuntos relativos ao esporte.

É nesse quadro que uma nova atividade esportiva internacional foi prevista para a comemoração do 3º ano de independência (1978): um torneio para o qual foram convidadas representações de Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique, além da equipe nacional. É relevante registrar essa relação com outros países africanos de língua oficial portuguesa, celebrada nos campos de futebol.

¹⁴ Voz di Povo, ano 3, n. 147, 5 de junho de 1978: 14.

Enquanto isso, seguem os preparativos para a participação da seleção cabo-verdiana na Taça Amílcar Cabral. Há uma primeira tentativa de formação de uma comissão técnica mais estável e de formulação de um calendário de preparação, que tem que lidar com a realidade de um país em que o futebol não é profissional, com a carência de recursos, com a distância entre as ilhas. Vejamos que, nesse quadro, ainda são duas seleções separadas, uma das ilhas de Barlavento e outra das ilhas de Sotavento¹⁵, que participaram de amistosos contra um time da província chinesa de Chantung, um evento que deve ser compreendido no marco das aproximações que Cabo Verde entabulou com os países do bloco socialista na tentativa de estruturar a nação¹⁶.

Logo surge uma nova necessidade. Já que a perspectiva era de que a Taça Amílcar Cabral fosse um torneio oficial, as equipes deveriam se filiar à Federação Internacional de Futebol (FIFA) e à Confederação Africana de Futebol (CAF). Comum em países recém-independentes do continente, a iniciativa estava cercada de ambiguidades. Darby (2002: 41), por exemplo, critica o grau de representatividade concedido a tais nações nas entidades esportivas internacionais. Para ele:

Análises empíricas podem demonstrar que o núcleo de membros europeus da FIFA tem tentado monopolizar o poder e recursos no mundo do jogo, procurando minimizar a presença ativa do Terceiro Mundo, restringindo a sua influência no centro das estruturas de tomada de decisão política do futebol mundial.

De outro lado, o mesmo autor demonstra que a FIFA é uma das organizações internacionais em que os países da África têm maior possibilidade de atuação. Isso se dá por alguns motivos: a) na entidade não há diferenças de status nas votações; cada associado tem igualmente um voto; b) os interesses comerciais apontam o mercado africano como de potencial interesse; c) esse espaço se constituiu em função de uma aliança: o brasileiro João Havelange, em 1974, foi eleito para a presidência, a primeira vez que um não europeu chegava ao cargo, para tal contando com o apoio dos na época chamados países do terceiro mundo, especialmente dos africanos, que se tornaram parceiros fiéis do dirigente, que por sua

¹⁵ O arquipélago é dividido em duas grandes regiões, por proximidade geográfica: Sotavento (formada pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava) e Barlavento (formada pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista).

¹⁶ O país não era oficialmente alinhado ao bloco, mas mantinha com ele boas relações, em função, inclusive, da proximidade dos regimes governamentais. No cenário do pós 2ª Guerra Mundial, muitos países africanos recém-independentes mantiveram diferentes graus de relacionamento com o bloco, notadamente com a URSS. Em Cabo Verde, na transição de 1984 e 1985, se pensou, inclusive, em contratar um técnico soviético para o selecionado. Para mais informações sobre tais relacionamentos no âmbito esportivo, ver estudo de Hazan (1987).

vez promoveu investimentos significativos para o desenvolvimento do futebol nessas nações, usando para tal o patrocínio da Coca Cola e da Adidas, e estrategicamente jogando com as polarizações entre capitalistas e socialistas, o que atenuava a força das ações dos associados europeus.

Vale citar que um dos sucessos da relação entre Havelange e os associados da África se deveu a sua contundente posição contra o apartheid. A FIFA, antes do Comitê Olímpico Internacional (COI), se colocou como aliada nessa luta. De fato, o cenário esportivo foi um dos principais fóruns de combate ao regime sul-africano. Assim, devemos ter em conta as palavras de Sugden e Tomlinson (2003: 195): “O futebol pode ser encarado tanto como um símbolo de imperialismo econômico e cultural quanto como um fórum de resistência do Terceiro Mundo à dominação e hegemonia do Primeiro Mundo”.

Conseguir a filiação a tais instituições, todavia, não era tão simples¹⁷. O tema chegou a gerar certa tensão em Cabo Verde e nos outros países da zona 2. Ao fim, a competição foi organizada por uma associação “não oficial” do mundo do futebol, o Conselho Superior de Desportos da África, recebendo, todavia, o reconhecimento da entidade maior.

Internamente, as lideranças seguiam divididas. De um lado, percebe-se a celebração da possibilidade de participação internacional, uma posição que era sempre acompanhada da reivindicação de reestruturação do esporte nacional. Finalmente, Cabo Verde iria aparecer para o mundo, devendo, portanto, se esmerar para fazê-lo com qualidade técnica. De outro lado, alguns sugeriam que era necessário “Arrumar a casa primeiro e só depois participar lá fora”:

Definir de antemão que tipo de desporto (competição ou de massas) se pretende erigir e posteriormente lançar as bases para o seu relançamento, deverá ser uma das primeiras tarefas da Direção Nacional de Educação Física e Desportos. Essa opção implica, desde já, uma tomada de posição clara a fim de se evitar a indefinição atual da nossa prática desportiva que ainda persiste nos moldes de antigamente¹⁸.

Nesse quadro de início de transição, a seleção cabo-verdiana embarca para Bissau, a fim de tomar parte na 1ª edição da Taça Amílcar Cabral. Chegara o grande dia. As cores da bandeira cabo-verdiana e os símbolos do país independente finalmente seriam exibidos em uma competição internacional “oficial”, carregados por novos heróis que deveriam honrar a

¹⁷ Cabo Verde somente foi aceito na FIFA em 1986. O Comitê Olímpico de Cabo Verde foi fundado em 1989 e aceito oficialmente no COI em 1993.

¹⁸ Voz di Povo, ano 3, n. 171, 6 de dezembro de 1978: 9.

gloriosa história da jovem nação. Pouco importava que se tratasse de uma competição menor no quadro futebolístico mundial. Era o máximo que podia Cabo Verde naquele momento. Além disso, o torneio homenageava o grande líder Amílcar Cabral, cujas palavras e imagens foram eleitas pelo regime vigente como a maior representação do que deveriam ser seus concidadãos¹⁹.

A participação na Taça Amílcar Cabral foi também encarada como uma forma de fortalecer o projeto de Estado Único com a Guiné-Bissau. Por vezes, equipes cabo-verdianas para lá se deslocaram, para participar de comemorações ou festivais, ocasiões sempre encaradas como uma forma de reforçar os supostos laços de amizade entre os países. Antes houvera, inclusive, o já citado quadrangular de Bissau. Mas agora o intuito era outro: celebrar, em uma competição oficial, o encontro de duas nações que pretendiam, em função de compartilharem as lutas contra Portugal no período colonial, compor uma administração integrada.

Logo, o envolvimento da equipe nacional de futebol com a competição atendia a pelo menos três importantes dimensões da política de Cabo Verde. Tratava-se de uma oportunidade para: exaltar a nova nacionalidade em construção; divulgar o nome do país no cenário internacional (e, quem sabe, até mesmo apresentar as benesses do novo regime, caso a seleção tivesse um bom desempenho); alinhar a nação com as causas pan-africanas.

O *Voz di Povo* enfaticamente celebra quando o selecionado chega a Bissau: “Cabo Verde na alta roda do futebol africano”²⁰. O tom da matéria, é verdade, não era lá muito otimista. Além dos problemas financeiros que cercaram a preparação, o jornal lembra que muitas empresas locais relutaram em dispensar seus funcionários para atuar na equipe nacional:

É compreensível que uma dispensa prolongada dos atletas possa não convir a um departamento estatal ou privado, mas como entramos na senda internacional, onde o

¹⁹ A imagem de Amílcar Cabral era uma presença constante no arquipélago. Todas as edições do *Voz di Povo*, por exemplo, publicavam fotos e excertos de seus textos. Cabral nasceu na Guiné, mas era filho de cabo-verdianos. Voltou ao arquipélago com sete anos, onde estudou até se transferir para Portugal. Na metrópole, frequentou a Casa dos Estudantes do Império e o Instituto Superior de Agronomia, onde concluiu o ensino superior, ocasião em que tomou contato com o pensamento pan-africano. Mesmo tornando-se funcionário do governo português, foi um dos principais artífices das lutas coloniais entabuladas nas selvas da Guiné, ligadas à libertação dessa colônia e de Cabo Verde. É reconhecido como um dos mais importantes líderes africanos do pós 2ª Grande Guerra. Para mais informações, ver Tomás (2008).

²⁰ *Voz di Povo*, ano 4, n. 174, 8 de janeiro de 1979: 11.

desporto é um veículo de grande impacto, põe-se o problema de querermos ou não ter uma selecção que nos represente condignamente²¹.

Mesmo que com vários limites, a nação ia entrar em campo. Segundo o olhar de alguns, seria o primeiro grande desafio internacional depois das lutas da independência nas selvas da Guiné. As emissoras de rádio cobriram fartamente o evento, atendendo a avidez da população cabo-verdiana por informações sobre a contenda.

Entretanto, confirmou-se o tom pessimista: os resultados não foram bons para a equipe do arquipélago. Antes de começar o jogo contra Guiné-Bissau (ao fim vencido pela equipe da casa por 3 x 0), o treinador de Cabo Verde informou que muitos jogadores foram atingidos por paludismo. É muito provável que seja verdade, pois esse era um problema comum naquele país. Mas também se conseguira uma desculpa para o fato de que o selecionado não tenha feito nenhum ponto, nem marcado um gol sequer. A imprensa não deixou por menos: “panorama medíocre que caracterizou a sua actuação”, “futebol descolorido, incharacterístico, cotando-se como a mais fraca do torneio”; “mais de 40 foras-de-jogo marcados contra Cabo Verde”²². A participação, enfim, foi considerada um desastre.

À guisa de conclusão

Já desses primeiros momentos, a conformação de uma seleção nacional de futebol parecia dramatizar algumas questões da estruturação do Cabo Verde independente. Além das constantes tensões internas, tanto entre Santiago e São Vicente quanto entre os diferentes projetos de país, havia temas que pareciam afligir a todos. Como coadunar os desejos de sucesso com as limitações concretas? Como conseguir um espaço maior no cenário internacional? Sendo um país pequeno e de poucos recursos, como não ser subalterno nesse quadro? Como fazer isso, sem perder suas peculiaridades? Como se relacionar com o antigo colonizador sem retomar os parâmetros de país colonizado?

No decorrer da década de 1980, inclusive por uma série de mudanças na estrutura governamental, esse papel se exponenciará, algo que será observável no decorrer dos anos 1990, quando o país adotar o multipartidarismo, e ainda mais nos primeiros anos do século XXI, quando Cabo Verde logrará conseguir suas primeiras conquistas, já sob novos símbolos

²¹ Voz di Povo, ano 4, n. 174, 8 de janeiro de 1979: 11.

²² Voz di Povo, Ano 4, n. 175, 17 de janeiro de 1979: 12.

nacionais, que não mais farão explícita referência à vinculação da nação com o continente africano.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 1991.

BAKER, William J. Political games: the meaning of international sport for independent Africa. In: BAKER, William J., MANGAN, James A. (Eds.). *Sport in Africa: essays in social history*. Nova Iorque: African Publishing Company, 1987, pp. 272-294.

DARBY, Paul. *Africa, football and FIFA: politics, colonialism and resistance*. Londres: Frank Cass & Co, 2002.

FERNANDES, Gabriel. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

GIULIANOTTI, Richard. *Sport: a critical sociology*. Cambridge: Polity Press, 2005.

GIULIANOTTI, Richard. Os estudos do esporte no continente africano. In: MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (orgs.). *Mais do que um jogo: o esporte no continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 5-35.

HAZAN, Baruch A. Sport as an instrument of political expansion: the Soviet Union in Africa. In: BAKER, William J., MANGAN, James A. *Sport in África: essays in social history*. Nova Iorque: African Publishing Company, 1987, pp. 250-271.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: os bastidores da independência*. Praia: Spleen Edições, 2002.

MELO, Victor Andrade de. *Jogos de identidade: o esporte em Cabo Verde*. Rio de Janeiro: Apicuri/CNPq, 2011a.

MELO, Victor Andrade de. (Des)mobilização para a luta: o esporte como estratégia nos conflitos da Guiné Portuguesa (décadas de 50 e 60 do século XX). *Métis: História e Cultura*, v. 10, n. 19, pp. 215-236, jan.-jun. 2011b.

PEREIRA, Aristides. *O meu testemunho* – uma luta, um partido, dois países. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

SUGDEN, John, TOMLISON, Alan. Football and FIFA in the postcolonial World. In: BALE, John, CRONIN, Mike (eds.). *Sport and postcolonialism*. Nova York: Berg, 2003, pp.175-196.

TOMÁS, António. *O fazedor de utopias* – uma biografia de Amílcar Cabral. Praia: Spleen Edições, 2008.